



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Irecê

quarta-feira, 23 de agosto de 2017

Ano VI - Edição nº 00788 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Irecê publica



Praça Teotônio Marques Dourado Filho | 01 | Centro | Irecê-Ba

www.pmirece.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
89176A165318A59678E7D1C76DE9C3AB

Prefeitura Municipal de Irecê

SUMÁRIO

- LEI 1059/2017 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.
- AVISO DE IMPUGNAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO
- IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DE LEILÃO

Prefeitura Municipal de Irecê

Lei



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

LEI Nº 1059, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

(Projeto de Lei do Executivo nº 03/2017.)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Irecê aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art.1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - das disposições relativas à dívida e ao endividamento Público Municipal
- IV– definição de montante e forma de utilização da reserva de contingência;
- V – disposições sobre a política de pessoal e encargos sociais;
- VI – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VII – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VIII – critérios e formas de limitação de empenho;

1/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

IX – normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

X – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

XI – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XII – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XIII – definição de critérios para início de novos projetos;

XIV – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XV – do incentivo a Participação Popular;

XVI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Metas Fiscais e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2018 – 2021, que será elaborado de acordo com as diretrizes do governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária para 2018 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

2/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§ 2º O Projeto de Lei orçamentária para 2018 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Parágrafo 1º. As metas fiscais anuais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2018, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional, estadual ou municipal e dos parâmetros macro econômicos utilizados no cálculo da estimativa das receitas e fixação das despesas, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPÍTULO II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei orçamentária Anual

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

3/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº. 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

Art. 4º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – mensagem

II - texto da lei;

III – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/64;

IV – quadros orçamentários consolidados;

V – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

VI – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

4/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos;

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para fins de atendimento ao art. 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº. 53/2006;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento no disposto da Emenda Constitucional nº. 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2018 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2017, projetados ao exercício a que se refere, podendo ter seus valores atualizados no momento de sua elaboração, mediante justificativa.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser

5/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 1º Na Elaboração da Proposta Orçamentária os valores lançados nos estudos e estimativas das Receitas, poderão sofrer alterações desde que proceda a retificação dos demonstrativos encaminhados aos órgãos e a devida justificativa.

Art. 9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 31 de Julho de 2017, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10 Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

III – sejam relacionadas:

- a) com correção de erros ou omissões, ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

6/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§1º As emendas deverão conter:

I – Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas;

II – Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas nos projetos, atividades ou operações especiais.

§2º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

II – no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, comprovação que não inviabilizará operacionalmente as ações da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§3º A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste artigo determinará o arquivamento da emenda.

Art. 11. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 12. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

7/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórias à apreciação da Procuradoria do Município, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Parágrafo Único. A classificação das naturezas da receita poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal no atendimento ao plano de contas estabelecidas pelo MCASP.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

8/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2018 as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Seção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2018, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo único. Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, casos estes não se concretizem até o dia 02 de Outubro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tenham se tornados insuficientes.

9/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

CAPÍTULO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Seção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2018 às despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2018, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento

10/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2018.

§ 2º. No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

11/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2018 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2018 deverão estar acompanhados de demonstrativos discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2017 a 2018, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

12/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

CAPÍTULO VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000 o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

13/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

CAPÍTULO VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A Lei orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

14/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

CAPÍTULO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2018 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

- I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

15/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas para entidades privadas, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos neste capítulo, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas neste capítulo deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

16/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e seus créditos adicionais, como também o limite da Emenda Constitucional nº 58.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167 inciso VI da Constituição da República.

CAPÍTULO IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que

17/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da celebração de convênio, o qual conterá o respectivo plano de trabalho, de acordo com o art. 116 da Lei nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, as metas bimestrais de arrecadação a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 13º e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício 2017.

§ 1º o Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018;

§ 2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata a Lei. garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

18/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2018, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2017.

CAPÍTULO XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

CAPÍTULO XIII

Do Incentivo à Participação Popular

19/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO XIV

Das Disposições Gerais

Art. 43. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

20/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44. Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho Integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e por Fonte de Recurso.

§ 2º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar os projetos e atividades consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificadamente a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

§ 3º. O QDD do Poder Executivo poderá ser alterado no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, sempre, os valores das respectivas categorias de despesas, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

§ 4º. Fica permitida a inclusão da natureza da despesa desde que preexistente a classificação econômica, obedecendo a respectiva fonte de recurso e desde que não haja alteração do valor total do projeto e/ou atividade.

21/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº. 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº. 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

22/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

§ 1º. Poderá o executivo proceder à correção do valor da proposta orçamentária no período de Agosto a Dezembro de 2017 tendo como base o Índice IGPM, substituindo assim o projeto na Casa Legislativa.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2018 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas correntes que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2018, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2018 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101/2000 integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais.

23/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irecê em 23 de agosto de 2017.

Elmo Vaz Bastos de Matos

Prefeito Municipal

24/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

ANEXO METAS FISCAIS

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no §1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento para o exercício de 2018.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2018.

I - METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício de 2018 estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores decorrem da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizada para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado no setor contábil do Município.

1 - METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita para 2018 estão consolidadas em nível de Município.

Critérios e premissas utilizadas:

25/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

- Planejamento de incremento na arrecadação tributária de 2018, com incremento da fiscalização fazendária;
- Planejamento de no Exercício 2018 efetivar cobrança da Dívida Ativa;

- Projeção dos efeitos inflacionários estimados com base na variação do índice de preços;
- Demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000, destacando-se os principais itens:
 - a) impostos;
 - b) contribuições sociais;
 - c) taxas;
 - d) concessões e permissões.

- I. Dentre as medidas de compensação poderão ser adotadas as seguintes:
 - atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
 - revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
 - ampliação da utilização da Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

- II. A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2 - METAS RELATIVAS ÀS DESPESAS

26/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

A projeção das metas financeiras de despesas para os exercícios subsequentes decorre da estimativa da receita total para cada ano destinada à geração de resultado nominal positivo.

Critérios e premissas utilizadas:

I - no valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para fazer frente à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete

aumento da despesa e às novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00;

II – gastos, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos com indicação dos critérios utilizados;

III– despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, programada para 2018, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação á receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000;

IV – recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição Federal;

VI - detalhamento dos principais custos médios utilizados na elaboração do orçamento, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

27/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

VII – programação orçamentária, detalhada por operações especiais, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irecê, em 23 de agosto de 2017.

Elmo Vaz Bastos de Matos

Prefeito Municipal

ART. 4º - LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

§ 1º METAS ANUAIS, RELATIVAS A RECEITA, DESPESA, RESULTADO NOMINAL e PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA (VALORES CORRENTE E CONSTANTE);

§ 2º, I AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR;

§ 2º, II MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO;

§ 2º, III EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO; DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

§ 3º ANEXOS DE RISCOS FISCAIS.

28/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÍVIDA PÚBLICA:

1 - Foi considerado para Receita e Despesa, o crescimento do PIB do Estado de 4,4%, ajuste nas despesas e receitas e de previsão de convênios federais e estaduais, advindos de projetos que a Administração Municipal pretende receber, isso para o ano de 2017, e para os exercícios seguintes, projeta-se o crescimento vegetativo da folha de pagamento mais o Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

2 - Os valores apontados nos referidos Anexos não definem limites para elaboração da Lei Orçamentária Anual.

3 - Os referidos valores estão consolidados, excluindo as duplicidades, como o cálculo do Resultado Primário e Nominal de acordo com a LRF.

4 - Foi considerado para a dívida pública municipal provável ações como diminuição de despesas com futuros investimentos através de recursos próprios, bem como alguns ajustes na folha de pagamento do pessoal. A priori, a nossa dívida representa um percentual muito abaixo da nossa capacidade de endividamento.

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

(Artigo 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar n.º 101/2000)

A elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2017 observou o princípio do equilíbrio, ou seja, a receita prevista apresentou o mesmo montante da despesa fixada.

29/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Para o exercício financeiro de 2017, foram introduzidas metas de superávit nominal e primário, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, garantindo o crescimento econômico sustentado e a estabilidade monetária.

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS, MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

(Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/2000)

As metas fiscais para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, levaram em consideração as variáveis macroeconômicas projetadas pelo Governo Federal para crescimento real do PIB e da inflação.

As receitas foram projetadas levando-se em conta além dos índices estabelecidos pela LDO Federal, o crescimento demográfico e da atividade econômica do município e ainda o projeto de modernização da administração tributária, que fará com que o Município tenha uma elevação de suas receitas próprias.

Quanto ao desempenho nas receitas oriundas de Convênios junto à esfera Estadual e Federal, para o exercício de 2018, estamos estruturando junto aos órgãos para que sejam liberados todos os projetos pleiteados.

A meta proposta para 2018 será aprimoramento regime fiscal do Município, através de estudos e propostas para a realização de mudanças estruturais e institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais do futuro.

30/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Para os próximos anos, as metas a serem definidas deverão ter resultados bastante significativos, especialmente com a manutenção do esforço fiscal, traduzido na obtenção de superávits que permitem o pagamento da dívida de curto prazo – Restos a Pagar e, conseqüentemente, a estabilização da dívida pública municipal e a retomada da capacidade de investimentos do Município.

Como base de cálculo para a previsão de receitas, a fixação de despesas e a proposta de resultado nominal e primário positivo, foram consideradas as receitas efetivamente arrecadadas nos exercícios financeiros de 2016 a 2017, a orçada e a tendência do exercício e as possíveis alterações na política tributária.

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS –

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000)

O nosso município, a exemplo do que ocorre com a grande maioria dos municípios brasileiros, não possui indicadores substanciais que sirvam de subsídio para uma projeção de crescimento econômico confiável. Informações como o Produto Interno Bruto - PIB, Renda Per Capta e outros dados dessa natureza, por não possuírem estudos e levantamentos no âmbito municipal, são substituídos pelos índices do Governo Federal. As atuais projeções de metas e riscos fiscais tiveram como parâmetro geral os indicadores de crescimento projetados pela União adicionando-se as previsões internas, particulares e relacionadas à política de gestão da Administração Municipal.

Os passivos contingentes são decorrentes de Demandas Judiciais contra o Município, Dívidas em Processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas, Assunção de Passivos, Assistências Diversas, que incluem Calamidades Públicas e Epidemias

31/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

e Outros Passivos Contingentes. Temos como Demais Riscos Fiscais Passivos: Frustração de Arrecadação, Restituição de Tributos a Maior, Discrepância das Projeções, tais como Aumento do Salário Mínimo, Despesas de Pessoal e Encargos, Taxa de Juros e Taxa de Inflação e Outros Riscos Fiscais.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a) Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- b) Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c) Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d) Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e) Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem da Administração ações emergenciais, com conseqüente aumento de despesas;

32/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê



ESTADO DA BAHIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Irecê/BA

CEP: 449000-000 Tel.: (74) 3641-3116

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pela Administração em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da Administração e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa, podendo sofrer alterações durante a execução orçamentária e financeira do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irecê, em 23 de agosto de 2017.

Elmo Vaz Bastos de Matos
Prefeito Municipal

33/33

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, 01 – Centro – Tel: (74) 3641-3116 / 3118
CEP: 44.900-000 – Irecê – Bahia

Prefeitura Municipal de Irecê

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
<2018>

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.481.000,00	Anulação de Crédito da Reserva de Contingência	1.481.000,00
		Dotações de Sentenças Judiciais	
Avais e Garantias Concedidas		Anulação de crédito da Dotação Orçamentária	0,00
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	1.481.000,00	SUBTOTAL	1.481.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Anulação de Dotação Orçamentária	
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	1.481.000,00	TOTAL	1.481.000,00

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Elmo Vaz Bastos de Matos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
<2018>

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	<2017>				<2018>				<2019>			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total	148.058.509,28	141.682.784,00	344322114605%	12401%	154.764.500,00	148.100.000,00	343921111111%	12963%	161.728.902,50	154.764.500,00	288067%	13546%
Receitas Primárias (I)	145.973.470,94	139.687.532,00	339473188233%	12227%	152.542.277,13	145.973.470,94	338982838072%	12777%	159.406.679,60	152.542.277,13	283933%	13352%
Despesa Total	148.058.509,28	141.682.784,00	344322114605%	12401%	154.764.500,00	148.100.000,00	343921111111%	12963%	161.728.902,50	154.764.500,00	288067%	13546%
Despesas Primárias (II)	143.844.030,55	137.649.790,00	334521001279%	12048%	150.317.011,92	143.844.030,55	334037804277%	12590%	157.081.277,46	150.317.011,92	279778%	13157%
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.129.440,39	2.037.742,00	4952186653%	178%	2.225.265,21	2.129.440,39	4945033795%	186%	2.325.402,14	2.225.265,21	4133%	195%
Resultado Nominal (39.469.983,52)	-37.770.319,15	-91790659338%	-3306%	(41.246.132,77)	(39.469.983,52)	-91658072830%	-3455%	(43.102.208,75)	(41.246.132,77)	-76778%	-3610%	
Dívida Pública Consolidada	65.951.644,51	63.111.621,54	153375917469%	5524%	65.888.968,51	63.051.644,51	146419930033%	5519%	68.853.972,10	65.888.968,51	122644%	5767%
Dívida Consolidada Líquida	49.576.446,74	47.441.575,82	115294062178%	4152%	49.194.896,84	47.076.446,74	109321970755%	4121%	51.408.656,75	49.194.886,84	91578%	4306%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	0,00	0%	0%	-	0,00	0%	0%	-	0,00	0,00%	0%
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	0,00	0%	0%	-	0,00	0,00%	0%	-	0,00	0,00%	0%
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	0,00	0%	0%	-	0,00	0,00%	0%	-	0,00	0,00%	0%

FONTE: Arquivos Públicos Municipais. LOA 2017. Publicação RREO e RGF

Varáveis	2017	2018	2019
Projeção PIB do Estado (%)	4,3	4,3	4,3
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:	4,5	4,5	4,5

2017

Valor Corrente/1,054

2018

Valor Corrente/1,054

2019

Valor Corrente/1,054

Elmo Vaz Bastos de Matos
Prefeito Municipal

RCL 2016

119.390.211,74

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
<2018>

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em <2016> (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em <2016> (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	128.453.460,78	57804057352%	10759%	122.921.972,04	12169275232%	10296%	(5.531.488,74)	-431%
Receitas Primárias (I)	126.557.780,28	57622652519%	10600%	121.107.923,71	11989684447%	10144%	(5.449.856,57)	-431%
Despesa Total	123.151.125,59	55418006515%	10315%	117.847.967,07	11666948740%	9871%	(5.303.158,52)	-431%
Despesas Primárias (II)	119.843.910,53	53929759738%	10038%	114.683.167,97	11353633629%	9606%	(5.160.742,56)	-431%
Resultado Primário (III) = (I-II)	6.713.869,75	3692892781%	562%	6.424.755,74	636050818%	538%	(289.114,01)	-431%
Resultado Nominal	-37.770.319,15	-16996643619%	-3164%	-36.143.846,08	-3578240762%	-3027%	1.626.473,07	-431%
Dívida Pública Consolidada	66.111.621,54	29750229694%	5537%	63.264.709,61	6263206251%	5299%	(2.846.911,93)	-431%
Dívida Consolidada Líquida	50.041.575,82	22518709121%	4191%	47.886.675,43	4740780868%	4011%	(2.154.900,39)	-431%

Fonte: Arquivos Públicos Municipais. Publicação RREO e RGF. Balançotes de Receita e Despesa 2016
Nota: Pib Estadual Previsto e Realizado em 2017

ESPECIFICAÇÃO	
Previsão do Pib Estadual 2016	-3,5
Valor Efetivo do Pib Estadual 2016	4,4
	0,99

RCL 2016 119.390.211,74

Elmo Vaz Bastos de Matos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
-<2016>

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	<2015>	<2016>	%	<2017>	%	<2018>	%	<2019>	%	<2020>	%
Receita Total	132.427,64	128.453.460,78	96999%	148.058.509,28	115,26%	154.764.500,00	104,53%	161.728.902,50	104,50%	169.006.703,11	104,50%
Receitas Primárias (I)	132.324.398,33	126.557.780,28	96%	145.973.470,94	115,34%	152.542.277,13	104,50%	159.406.679,60	104,50%	166.579.980,19	104,50%
Despesa Total	132.917.427,64	123.151.125,59	93%	148.058.509,28	120,23%	154.764.500,00	104,53%	161.728.902,50	104,50%	169.006.703,11	104,50%
Despesas Primárias (II)	131.376.204,14	119.843.910,53	91%	143.844.030,55	120,03%	150.317.011,92	104,50%	157.081.277,46	104,50%	164.149.934,95	104,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	948.194,19	6.713.869,75	708%	2.129.440,39	31,72%	2.225.265,21	104,50%	2.325.402,14	104,50%	2.430.045,24	104,50%
Resultado Nominal	(870.682,56)	-37.770.319,15	4338%	(39.469.983,52)	104,50%	(41.246.132,77)	104,50%	(43.102.208,75)	104,50%	-45.041.808,14	104,50%
Dívida Pública Consolidada	53.248.246,05	66.111.621,54	124%	65.951.644,51	99,76%	65.888.968,51	99,90%	68.853.972,10	104,50%	71.952.400,84	104,50%
Dívida Consolidada Líquida	42.730.782,66	50.041.575,82	117%	49.576.446,74	99,07%	49.194.886,84	99,23%	51.408.656,75	104,50%	53.722.046,30	104,50%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	<2015>	<2016>	%	<2017>	%	<2018>	%	<2019>	%	<2020>	%
Receita Total	162.722.411,97	122.921.972,04	76%	141.682.784,00	115%	148.100.000,00	105%	154.764.500,00	104,50%	161.728.902,50	104,50%
Receitas Primárias (I)	162.083.102,34	121.107.923,71	75%	139.687.532,00	115%	145.973.470,94	105%	152.542.277,13	104,50%	159.406.679,60	104,50%
Despesa Total	162.722.411,97	117.847.967,07	72%	141.682.784,00	120%	148.100.000,00	105%	154.764.500,00	104,50%	161.728.902,50	104,50%
Despesas Primárias (II)	161.519.856,76	114.683.167,97	71%	137.649.790,00	120%	143.844.030,55	105%	150.317.011,92	104,50%	157.081.277,46	104,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	563.245,58	6.424.755,74	1141%	2.037.742,00	32%	2.129.440,39	105%	2.225.265,21	104,50%	2.325.402,14	104,50%
Resultado Nominal	(222.858,14)	(36.143.846,08)	16218%	(37.770.319,15)	105%	(39.469.983,52)	105%	(41.246.132,77)	104,50%	-43.102.208,75	104,50%
Dívida Pública Consolidada	27.120.863,53	63.264.709,61	233%	63.111.621,54	100%	63.051.644,51	100%	65.888.968,51	104,50%	68.853.972,10	104,50%
Dívida Consolidada Líquida	23.129.966,92	47.886.675,43	207%	47.441.575,82	99%	47.076.446,74	99%	49.194.886,84	104,50%	51.408.656,75	104,50%

FONTE: Lei 2017.LDO 2018. Arquivos Públicos Municipais Publicação RREO e RGF Demonstrativos Contábeis de Novembro 2016, pois não disponibilizaram de Dezembro.

Índices de Inflação						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	
10,21	5,29	4,50	4,20	4,50	4,92	

*Projeção de acordo com o Banco Central do Brasil
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

- 2015 Valor Corrente/1,06
- 2016 Valor Corrente/1,0629
- 2017 Valor Corrente/1,045
- 2018 Valor Corrente/1,045
- 2019 Valor Corrente/ 1.045
- 2020 Valor Corrente/ 1.045

Elmo Vaz Bastos de Matos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 <2018>

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<2016>	%	<2015>	%	<2014>	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	11.001.438,22	109,04%	10.088.912,10	0,00%
TOTAL	0,00	0,00%	11.001.438,22	109,04%	10.088.912,10	0,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<2016>	%	<2015>	%	<2014>	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Nota: O município não possui regime próprio de previdência
 Nota2: O município não disponibilizou o Balanço 2016.

Elmo Vaz Bastos de Matos
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 <2018>

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	<2016> (a)	<2015> (b)	<2014> (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	<2016> (a)	<2015> (b)	<2014> (c)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	<2016> (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	<2015> (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	<2014> (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Publicação RREO e RGF

Nota : O município não possui regime próprio de previdência

Elmo Vaz Bastos de Matos
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
-2016-

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	<2014>	<2015>	<2016>
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)			
Recarga de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recarga de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Recarga Patrimonial			
Recargas Imobiliárias			
Recargas de Valores Mobiliários			
Outras Recargas Patrimoniais			
Recarga de Serviços			
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Recarga de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recarga de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Irecê

Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial				
Recetas Imobiliárias				
Recetas de Valores Mobiliários				
Outras Recetas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Recetas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Recetas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Recetas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	<2014>	<2015>	<2016>	
ADMINISTRAÇÃO (XI)				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA (XII)				
Benefícios - Civil				
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	<2014>	<2015>	<2016>	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro

NADA A DECLARAR

FONTE: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss". Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".
Nota: Município não possui regime próprio de previdência

Elmo Vaz Bastos de Matos
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

.DOS SERVIDORES

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 <2018>

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			<2018>	<2019>	<2020>	
		NADA A DECLARAR				
TOTAL						-

Fonte: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: O município não tem lei específica acerca da renúncia de receita

Elmo Vaz Bastos de Matos
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 <2018>

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para <2018>
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE:Arquivos Públicos Municipais

Elmo Vaz Bastos de Matos
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Irecê

Leilão



AVISO DE IMPUGNAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO

O Município de Irecê-Ba, faz saber que foram impetradas impugnações ao Edital do Leilão nº. 001/2017. As impugnações foram ingressadas por **BUNO ABREU ROCHA**, **DAIANE CARVALHO BESSA** e **ABDERMAN OLIVEIRA SOUZA** e remetidas a **Procuradoria de Licitações e Contratos** para emissão de Parecer. Leiloeira Administrativa: Carla C. Rocha Ferreira.

Prefeitura Municipal de Irecê

Leilão

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PREFEITURA MUNICIPAL
DE IRECÊ/BA.

Ref.: IMPUGNAÇÃO LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017

BRUNO ABREU ROCHA, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 018.923.115-77, e RG sob nº 101.450.41-98 e na OAB/BA sob nº 36.172; residente e domiciliado a Rua D. Pedro II, nº 91, Centro, em Xique-Xique/BA, vem, respeitosamente à presença desta Ilustre Leiloeira Administrativa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2017**, o que faz com amparo no previsto no próprio Edital.

**DA TEMPESTIVIDADE PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE
IMPUGNAÇÃO.**

Ademais, vale registrar a tempestividade para a propositura da presente impugnação; senão vejamos: **A impugnação ao Edital é tratada no Artigo 41 da Lei 8.666/93:**

PREFEITURA MUN. DE IRECÊ-BA
Procuradoria Jurídica de Licitações e Contratos
Recebido em: 22/08/17
Ass.: Carla Rocha
16:13h



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
PROTOCOLO GERAL
RECEBIDO
EM: 22/08/17
Ass.: Carla Rocha
14:45

Prefeitura Municipal de Irecê

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



Prefeitura Municipal de Irecê

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes...

DOS FATOS E ATOS ADMINISTRATIVOS

O preâmbulo do referido Edital noticia que o Município de Irecê/BA, realizará licitação na modalidade de leilão público, pelo critério de maior lance por lote, **"para a venda de veículos inservíveis e lotes de sucatas de veículos"**. A ser realizado a data de 25 de Agosto de 2017, às 09:00hs, local da sessão, Rua São Francisco, 165, Coopirecê, em Irecê/BA.

Esta mesma informação se reforça no item 1-Objeto, do referido Edital - "... a venda de veículos inservíveis e sucatas de veículos,...".

O tem 1.1 discrimina a relação dos veículos a serem leiloados, **NÃO ESPECIFICANDO OS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E AQUELES CONSIDERADOS COMO SUCATAS.**



Prefeitura Municipal de Irecê

A falta de informação específica deste item compromete sobremaneira o procedimento previsto no Edital no item 5.9 e 5.10, senão vejamos:

Diante desta previsão, infere-se que a Prefeitura Municipal de Irecê/BA, entregará no CRV (Certificado de Registro de Veículo), somente dos veículos inservíveis. Questiona-se: quais são estes veículos? Quem os considerará inservíveis? O arrematante ou a Prefeitura?

Esta falta de informação e definição prévia por si só já seria suficiente para considerarmos o Edital passível de revogação pela falta de precisão nas informações.

No entanto, esta incerteza se agrava quando lemos a redação do item 6.5. Vejamos:

Questiona-se: qual a hipótese para o veículo ser considerado recuperável? A quem caberá este julgamento e definição?

A revogação do Edital se fundamenta ante a ocorrência de comportamento prejudicial à efetiva competição pela irrazoabilidade e desproporcionalidade imposta ao conhecimento técnico dos arrematantes para identificar quais os veículos serão considerados inservíveis, como sucata ou como recuperáveis.



Prefeitura Municipal de Irecê

A anulação do Leilão se alicerça na afronta ao princípio da igualdade, que se traduz pela necessidade de que todos os participantes interessados em participar do Leilão possam competir em igualdade de condições, sem que qualquer um seja privilegiado em detrimento dos demais.

Além disso, restringe indevidamente o caráter competitivo do procedimento licitatório por excluir concorrentes que ostentam a qualificação necessária para prosseguir no certame.

DA ARREMATÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

No item 5. do referido edital, discrimina a forma da arrematação e as suas condições, designando no item 5.2 a conta que deverá ser depositado o valor do bem arrematado; a conta designada seria a conta de recursos próprios do Município; ao qual contraria o que determina a lei orçamentária que determina o respeito a origem das receitas dos bens, bem como qualquer resíduo que deve ser retornado a receita de origem; temos como exemplo, um veículo que fora adquirido com recursos do FUNDEB, e que ao ser leiloado deverá automaticamente retornar esse valor a receita oriunda da secretária da educação; podendo gerar a frente transtornos de natureza de improbidade administrativa ao gestor do Município. Ou seja, deveria registrar a origem dos bens a serem leiloados.



Prefeitura Municipal de Irecê

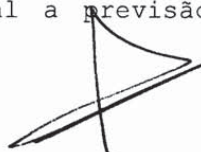
O item 5.2 informa que o pagamento dos lotes arrematados deverá ser feito mediante documento de Arrecadação Municipal - DAM, diretamente na Agência da Caixa Econômica Federal. O item 5.4 determina que o pagamento não poderá ser realizado com cheque de terceiros, salvo com apresentação de procuração pública.

Entendemos que, essa determinação extrapola os limites de competência do Município no instante que interfere na maneira operacional bancária. As instituições financeiras não podem receber pagamento com cheques de terceiros, mesmo com apresentação de procuração. Como o arrematante deverá proceder caso represente outro por meio de procuração pública? Caso o banco receba o pagamento e aceite o cheque de terceiro, haverá interferência do Município junto a instituição bancária?

Outra dúvida seria, o pagamento será realizado por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, diretamente na agência da Caixa Econômica Federal, ou em dinheiro? Sendo em dinheiro, quem o receberá?

DA NATUREZA INDEFINIDA DOS BENS

O item 6.5 provoca uma discricionariedade ao arrematante para definir se o veículo arrematado trata-se de recuperável. Com isso poderá, o arrematante exigir a documentação legal para promover a sua transferência? E se posteriormente, agora por liberalidade, o arrematante julgar que o veículo é inservível, este ficará de posse de documentação para uma sucata? Qual a previsão no Edital para analisar esta questão?



Prefeitura Municipal de Irecê

DA INSEGURAÇA JURÍDICA GERADA AO ARREMATANTE.

No item 6.7 possui redação confusa, causando insegurança jurídica ao arrematante, no nosso entendimento, funcionário público em geral não tem "Fé-Pública". A Fé- Pública decorre de Lei, a exemplo daquela concedida a atos de Tabeliões e Oficiais de Cartórios de Registros Públicos, aos Oficiais de Cartórios, Oficiais de Justiça, Leiloeiros Oficiais, dentre outros.

Assim, registramos a impossibilidade da leiloeira administrativa ser imbuída de "fé pública"; fato que por si só gera a incapacidade de transferência dos bens arrematados, o que poderá gerar transtornos desde a locomoção dos bens arrematados até a sua destinação final.

Conceder Fé-Pública a agente administrativo por meio de Edital não proporcionaria ao arrematante uma insegurança, colocando à validade dos atos que por ele serão praticados em risco?

Noutra esteira, para realizar o transporte do veículo arrematado, a Ata sugerida no Edital não é documento hábil para esta finalidade. O arrematante deverá providenciar uma nota fiscal? Quem a emitirá?



Prefeitura Municipal de Irecê

DA INCAPACIDADE TÉCNICA DA ASSINATURA DO EDITAL

Registramos por oportuno, que no referido edital, quem o assina é a pessoa de CARLA CRISTIANE ROCHA FERREIRA; designada como leiloeira administrativa, porém vale registrar, que a mesma não tem autonomia para assinar um edital; isso seria atribuição da comissão de licitação, bem como do Prefeito Municipal; o funcionário designado teria que ser do quadro efetivo da Comissão de Licitações do Município; tornando assim esse leilão, eivado de nulidades e aberrações administrativas e jurídicas, que o torna nulo e irrealizável.

DO REQUERIMENTO FINAL

Ante o exposto, REQUER que seja acolhida a presente Impugnação ao Edital do Leilão nº 001/2017, para revogar o referido Leilão ante à ocorrência de comportamento prejudicial à efetiva competição do certame.

Termos em que

Pede Deferimento

Irecê/BA, 18 de agosto de 2017.


Bruno Abreu Rocha

OAB/BA 36.172

Prefeitura Municipal de Irecê

EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRECÊ - BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 PROTOCOLO GERAL
RECEBIDO
 EM: 22/08/17
 Ass.: Daniela
 14:45

Ref.: IMPUGNAÇÃO LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017

DAIANA CARVALHO BESSA, brasileira, comerciante, inscrito no CPF sob nº 00595045529, e RG nº 1131743490 SSPBA; residente e domiciliado na Praça do Feijão, Apt: 303, Centro, em Irecê/BA, vem, respeitosamente à presença desta Ilustre Leiloeira Administrativa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2017**, o que faz com amparo no previsto no próprio Edital.

DOS FATOS

O preâmbulo do referido Edital noticia que o Município de Irecê/BA; realizará licitação na modalidade de leilão público, pelo critério de maior lance por lote, *“para a venda de veículos inservíveis e lotes de sucatas de veículos”*.

Esta mesma informação se reforça no item 1-Objeto, do referido Edital – *“... a venda de veículos inservíveis e sucatas de veículos,...”*.

Nas linhas que se seguem apresentaremos mais detalhado os fatos que, a nosso modesto sentir, requerem apreciação por parte deste Poder Público.



PREFEITURA MUN. DE IRECÊ-BA
 Procuradoria Jurídica de Licitações e Contratos
 Recebido em: 22/08/17
 Ass.: Maria Rocha
 16:13h

Prefeitura Municipal de Irecê

Fato 1

O Edital informa que os arrematantes poderão “*vistoriar, examinar, levantar condição de documentos, etc...*”. Só que posteriormente indica que é permitido “*exclusivamente, a avaliação visual dos veículos,...*”.

qualquer responsabilidade.

3.3 - Os arrematantes poderão nos dias determinados para visitação, ~~vistoriar, examinar, levantar condição de documentos, etc.~~, inerente aos bens destinados a leilão, sendo de sua inteira responsabilidade fazer as averiguações quanto ao modelo, cor, ano de fabricação, potência, problemas mecânicos, nº do motor e chassi, para posterior regularização junto aos órgãos competentes.



3.4 - É permitido, exclusivamente, a ~~avaliação visual dos veículos~~, sendo vedados o seu manuseio, experimentação, retirada de peças etc.

Como se pode vistoriar um veículo apenas com uma avaliação visual? Como analisar e verificar quais veículos estarão em estado de poderem voltara a circular apenas fazendo inspeção visual?

Requeremos a impugnação do item 3.4 para que seja permitido ao arrematantes possam realizar vistoria completa nos veículos, ou que o Município se responsabilize em indicar quais veículos serão ofertados com sucata.

Fato 2

O tem 1.1 discrimina a relação dos veículos a serem leiloados, NÃO ESPECIFICANDO OS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E AQUELES CONSIDERADOS COMO SUCATAS.

A falta de informação específica deste item compromete sobremaneira o procedimento previsto no Edital no item 5.9 e 5.10, senão vejamos:

Prefeitura Municipal de Irecê

valor pelo lote.

[REDACTED]

[REDACTED], um cheque ou caução no percentual de 5% (cinco por cento) no valor total do bem arrematado com a Leiloeira, que o restituirá, tão logo seja constatado o efetivo pagamento do DAM, ocasião em que será entregue toda a documentação necessária para transferência do bem para sua propriedade.

5.4 - É imprescindível que o arrematante identifique no verso dos cheques o número do(s) lote(s) a que se refere o pagamento.

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Não bastasse o fato narrado anteriormente, que por si só já produz dúvida, o item 6.1 prevê que o pagamento poderá ser feito em dinheiro.

6.1 - O objeto arrematado será retirado pelo arrematante somente após o pagamento do DAM à Prefeitura Municipal de Irecê, dentro do respectivo horário de expediente da Prefeitura, quando será entregue o documento necessário para a transferência de propriedade:

[REDACTED]

6.2 - O arrematante terá prazo de 10 dias, contados da data do recebimento do alvará de liberação para a retirada do bem do pátio onde se encontra, sendo que esgotado este prazo

Questão: o pagamento será realizado por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM diretamente na Agência da Caixa Econômica Federal, ou em dinheiro? Sendo em dinheiro, quem o receberá?

Fato 4

O item 6.5 provoca uma discricionariedade ao arrematante para definir se o veículo arrematado trata-se de recuperável. Com isso poderá, o arrematante exigir a documentação legal para promover a sua transferência.

Prefeitura Municipal de Irecê

de autorização por escrito do arrematante, devidamente assinada e com firma reconhecida, que

6.6 - É responsabilidade do arrematante, antes de funcionar (se for o caso), verificar a

Se posteriormente, agora por liberalidade, o arrematante julgar que o veículo é inservível, este ficará de posse de documentação para uma sucata.

Qual a previsão no Edital para analisar esta questão?

Fato 5

Não bastassem os fatos antes narrados, que por si só já geram evidências suficientes para a impugnação do Edital, o item 6.7 possui redação confusa, causando insegurança jurídica ao arrematante.

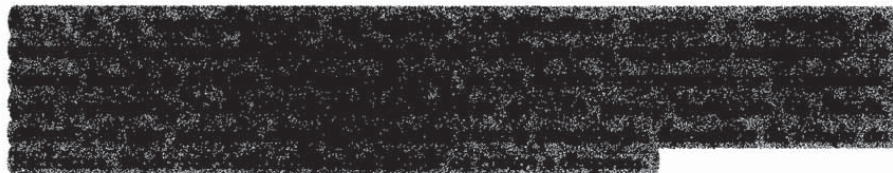
No nosso modesto entendimento, funcionário público em geral não tem fé pública. A Fé Pública decorre de Lei, a exemplo daquela concedida atos Tabeliães e Oficiais de Cartórios de Registros Públicos, aos Oficiais de Justiça, Leiloeiros Oficiais, dentre outros.

Conceder Fé Pública a agente administrativo por meio de Edital proporciona ao arrematante uma insegurança por quanto à validade dos atos que por ela serão praticados.

Noutro lado, para realizar o transporte do veículo arrematado, a Ata sugerida no Edital não é documento hábil para esta finalidade. O arrematante deverá providenciar uma Nota Fiscal. Quem a emitirá?



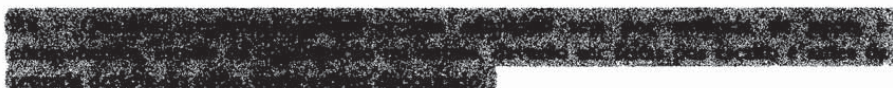
Prefeitura Municipal de Irecê



Fato 6

Outro item que corrobora para a instabilidade do Edital encontra-se no item 9.8. As reclamações deverão ser feitas por escrito e antes da retirada do lote.

Significa, na prática, que o arrematante, que não pode vistoriar o veículo antes do Leilão por vedação expressa do Edital, que adquiriu o veículo sem saber se o mesmo é considerado inservível, sucata ou como recuperável, realizou o pagamento e somente quando sua retirada verificou a ausência de peças e componentes.



9.9 - O arrematante não poderá alegar sob qualquer forma ou pretexto o desconhecimento das condições do Edital de Leilão.

Trata-se evidentemente de uma venda eivada de vícios e que poderá ser perfeitamente anulável por aquele que se julgar prejudicado.

O Edital sequer prevê esta possibilidade, gerando nova insegurança jurídica, culminando com sua total impugnação.

Fato 7

A incerteza se agrava quando lemos a redação do item 6.5. Vejamos:

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'D'.

Prefeitura Municipal de Irecê

6.5 - O arrematante será obrigado, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar veículo recuperável, que poderá voltar a circular, a promover a sua transferência obedecido o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da carta de arrematação, atendidas às demais exigências legais (art. 123 do CTB- Lei Federal Nº 9.503/97).

6.6 - É responsabilidade do arrematante, antes do leilão, verificar se o veículo está em condições de uso.

Questiona-se: qual a hipótese para o veículo ser considerado recuperável? A quem caberá este julgamento e definição?

A revogação do Edital se fundamenta ante a ocorrência de comportamento prejudicial à efetiva competição pela irrazoabilidade e desproporcionalidade imposta ao conhecimento técnico dos arrematantes para identificar quais os veículos serão considerados inservíveis, como sucata ou como recuperáveis.

CONCLUSÃO

A anulação do Leilão se alicerça na afronta ao princípio da igualdade, que se traduz pela necessidade de que todos os participantes interessados em participar do Leilão possam competir em igualdade de condições, sem que qualquer um seja privilegiado em detrimento dos demais.

Além disso, restringe indevidamente o caráter competitivo do procedimento licitatório por excluir concorrentes que ostentam a qualificação necessária para prosseguir no certame.




Prefeitura Municipal de Irecê

DO REQUERIMENTO

Ante o exposto, **REQUER** que seja acolhida a presente Impugnação ao Edital do Leilão nº 001/2017, para revogar o referido Leilão ante à ocorrência de comportamento prejudicial à efetiva competição do certame.

Termos em que
Pede Deferimento

Irecê/BA, 22 de agosto de 2017.


Daiana Carvalho Bessa.
RG nº 1131743490.
CPF nº 00595045529.

Prefeitura Municipal de Irecê

EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRECÊ - BAHIA

Ref.: IMPUGNAÇÃO LEILÃO PÚBLICO N° 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
 PROTOCOLO GERAL
RECEBIDO
 EM: 22/08/17
 Ass.: Daniela
 14:43

Abiderman Oliveira de Souza, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado a Avenida Flaviano Guimarães, Nº 425, Centro, Itaberaba Bahia, portador (a) da Cédula de Identidade n.º 04918865-86 SSP/BA e CPF n.º 551.120.305-00, vem, respeitosamente, à presença desta Ilustre Prefeitura Administrativa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LEILÃO N° 001/2017**, o que faz com amparo no previsto no próprio Edital.

DOS FATOS

O preâmbulo do referido Edital, notoria que o Município de Irecê realizará licitação na modalidade de leilão público, pelo critério de maior lance por lote, "para a venda de veículos inservíveis e lotes de sucatos de veículos".

Esta mesma informação se reforça no item 1 Objeto do referido Edital – "a venda de veículos inservíveis e sucatos de veículos".

Nas linhas que se seguem apresentaremos mais detalhado os fatos que, a nosso modesto ver, requerem apreciação por parte deste Poder Público.

Fato 1

O Edital informa que os arrematantes poderão "visitar, examinar, e/ou verificar condição de documentação, etc.". Só que posteriormente indica que é permitido "apenas visualmente" a avaliação e visual dos veículos.

Como se pode visitar um veículo apenas com uma avaliação visual? Como analisar e verificar quais veículos estarão em estado de poderem voltar a circular apenas fazendo inspeção visual?

Requeremos a impugnação do item 3.4 para que seja permitido ao arrematantes possam realizar vistoria completa nos veículos, ou que o Município se responsabilize em indicar quais veículos serão ofertados com sucata.

Fato 2

O item 1.1 discrimina a relação dos veículos a serem leiloados, **NÃO ESPECIFICANDO OS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E AQUELES CONSIDERADOS COMO SUCATAS**.

PREFEITURA MUN. DE IRECÊ-BA
 Procuradoria Jurídica de Licitações e Contratos
 Recebido em: 22/08/17
 Ass.: Carla Rocha
 16:13h

Prefeitura Municipal de Irecê

A falta de informação específica deste item compromete sobremaneira o procedimento previsto no Edital no item 5.9 e 5.10, sendo vejamos:

5.9. Inscrição dos veículos em nome do arrematante;

5.10. A Prefeitura Municipal de Irecê, mediante o Edital de licitação nº 001/2017, inscrita os veículos em nome do arrematante, ou em nome da Prefeitura Municipal de Irecê, ou em nome do Estado de Pernambuco, ou em nome do Município de Irecê, ou em nome do Brasil.

Entendemos que esta determinação extrapola os limites de competência do município no instante que interfere na maneira operacional bancária. As instituições financeiras não podem receber pagamento com cheques de terceiros, mesmo com apresentação de procuração.

Quante desta previsão, infere-se que a Prefeitura Municipal de Irecê entregará no CRV somente dos veículos inservíveis. Questiona-se: quais são estes veículos? Quem os considerará inservíveis? O arrematante ou a Prefeitura?

Esta falta de informação e definição previa por si só já seria suficiente para considerarmos o Edital passível de revogação pela falta de precisão nas informações.

Fato 3

O item 5.2 informa que o pagamento dos lotes arrematados deverá ser feito mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM diretamente na Agência da Caixa Econômica Federal.

O item 5.4 determina que o pagamento não poderá ser realizado com cheque de terceiros, salva com a apresentação de procuração pública.

Entendemos que esta determinação extrapola os limites de competência do município no instante que interfere na maneira operacional bancária. As instituições financeiras não podem receber pagamento com cheques de terceiros, mesmo com apresentação de procuração.

Como o arrematante deverá proceder caso represente outro por meio de procuração pública? Caso o banco se recuse a receber o pagamento e aceitar cheque de terceiro, haverá interferência do Município junto a instituição bancária?

Não bastasse o fato narrado anteriormente, que por si só já produz dúvida, o item 6.1 prevê que o pagamento poderá ser feito em dinheiro.

Questão: o pagamento será realizado por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM diretamente na Agência da Caixa Econômica Federal, ou em dinheiro? Sendo em dinheiro, quem o receberá?

Assinatura

Prefeitura Municipal de Irecê

Fato 4

O item 6.5 provoca uma discricionariedade ao arrematante para definir se o veículo arrematado trata-se de recuperável. Com isso poderá o arrematante exigir a documentação legal para promover a sua transferência.

Se posteriormente, agora por liberalidade, o arrematante julgar que o veículo é inservível, este ficará de posse de documentação para uma sucata.

Qual a previsão no Edital para analisar esta questão?

Fato 5

Não bastassem os fatos antes narrados, que por si só já geram evidências suficientes para a impugnação do Edital, o item 6.7 possui redação confusa, causando insegurança jurídica ao arrematante.

No nosso modesto entendimento, funcionário público em geral não tem fe pública. A fe Pública decorre de Lei, a exemplo daquela concedida aos Tabelães e Oficiais de Cartórios de Registros Públicos, aos Oficiais de Justiça, e aos Oficiais, dentre outros.

Conceder fe Pública a agente administrativo por meio de Edital proporciona ao arrematante uma insegurança por quanto a validade dos atos que por ela serão praticados.

Nosso lado, para realizar o transporte do veículo arrematado, a Ata sugerida no Edital não é documento hábil para esta finalidade. O arrematante deverá providenciar uma Nota Fiscal. Quem a emitirá?

Fato 6

Outro item que corrobora para a inabitabilidade do Edital encontra-se no item 9.8. As reclamações deverão ser feitas por escrito e antes da retirada do lote.

Significa, na prática, que o arrematante, que não pode vistoriar o veículo antes do leilão por vedação expressa do Edital, que adquire o veículo sem saber se o mesmo é considerado inservível, sucata ou como recuperável, realizou o pagamento e somente quando sua retirada verificou a ausência de peças e componentes.

Trata-se evidentemente de uma venda evada de veículos e que poderá ser perfeitamente anulável por aquele que se julgar prejudicado.

O Edital sequer prevê esta possibilidade, gerando nova insegurança jurídica, culminando com sua total impugnação.

Fato 7

Prefeitura Municipal de Irecê

A incerteza se agrava quando lemos a redação do item 6.5. Vejamos:

6.5. O licitante que apresentar proposta com preço inferior ao preço de referência, deverá apresentar, em 7 (sete) dias úteis, após a abertura dos envelopes, justificativa fundamentada para a diferença de preço, sob pena de desclassificação. Caso não seja apresentada justificativa fundamentada, o licitante será considerado inerte, nos termos do art. 17, inciso III, da Lei nº 8.666/90.

Questiona-se qual a hipótese para o veículo ser considerado recuperável? A quem caberá este julgamento e definição?

A revogação do Edital se fundamenta ante a ocorrência de comportamento prejudicial a efetiva competição pela irrazoabilidade e desproporcionalidade imposta ao conhecimento técnico dos arrematantes para identificar quais os veículos serão considerados interveníveis, como lucrativa ou como recuperáveis.

CONCLUSÃO

A anulação do Leilão se alicerça na afronta ao princípio da igualdade, que se traduz pela necessidade de que todos os participantes interessados em participar do Leilão possam competir em igualdade de condições, sem que qualquer um seja privilegiado em detrimento dos demais.

Além disso, restringe indevidamente o caráter competitivo do procedimento licitatório por excluir concorrentes que ostentam a qualificação necessária para prosseguir no certame.

DO REQUERIMENTO

Ante o exposto, REQUER que seja acolhida a presente Impugnação ao Edital do Leilão nº 001/2017, para revogar o referido Leilão ante a ocorrência de comportamento prejudicial a efetiva competição do certame.

Termos em que
Fede Deferimento.

Irecê, 18 de agosto de 2017.

Abderraman Oliveira de Souza
RG: 0491896586 SSP/BA
CPF: 552.120.405-00



Arquivo: 2017-08-18 14:50:00
Assinado por: ABDERRAMAN OLIVEIRA DE SOUZA
Assinatura: 1902AC104608
LUGAR DE ASSINATURA: IRECÊ - BA
Data: 18/08/2017 14:50:00